

EDAV 20/abr/78
Apr 29/mar/78



In. Abigail E

CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SR. ÁLVARO VALLE) RJ-ARENA

ASSUNTO:

PROTOCOLO N.º

Dá nova redação ao § 6º do art. 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973 (Altera a legislação de previdência social, e dá outras providências).

DESPACHO: JUSTIÇA = TRABALHO E LEG. SOCIAL = FINANÇAS

À COM. DE CONST. E JUSTIÇA

em 28 de MARÇO de 1978

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. *Deputado Jairo Pimenta*, em 28/3/78
O Presidente da Comissão de *Justiça*
Ao Sr. *Gaetano Aguiar*, em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr., em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr., em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr., em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr., em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr., em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr., em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr., em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr., em 19
O Presidente da Comissão de

PROJETO Nº 4.711 DE 1978

S I N O P S E

Projeto N.º de de de 19.....

Ementa :

.....

.....

Autor :

Discussão única

Discussão inicial

Discussão final

Redação final

Remessa ao Senado

Emendas do Senado aprovadas em de de 19.....

Sancionado em de de 19.....

Promulgado em de de 19.....

Vetado em de de 19.....

Publicado no "Diário Oficial" de de de 19.....

Lote: 52
Caixa: 194

PL N.º 4711/1978

1



CÂMARA DOS DEPUTADOS

*As comissões de Constituição e Justiça,
de Trabalho e Legislação Social e de Finanças*

Em 10.03.78

PROJETO DE LEI Nº 4711, DE 1 977

* Dá nova redação ao § 6º do
art. 10 da Lei nº 5 890, de
8 de junho de 1 973.

*(Altera a le-
gislação de previdência social,
e de outras providências)*

- (DO SR. ÁLVARO VALLE)

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º Dê-se ao § 6º do art. 10 da Lei nº 5 890, de 8 de
junho de 1 973, a seguinte redação:

" 6º O tempo de atividade correspondente a
qualquer das categorias de segurado pre-
vistas no art. 5º da Lei nº 3 807, de 26 de
agosto de 1 960, será considerado para os
fins deste artigo, ficando o cômputo do tem-
po de serviço prestado nas atividades abrangi-
das pela Lei Complementar nº 11, de 25 de maio
de 1 971, condicionado ao pagamento de inden-
ização fixada em ato do Poder Executivo".

Art. 2º Entrará esta lei em vigor na data de sua publica-
ção, revogadas as disposições em contrário.

9/3/78

Valle

JUSTIFICAÇÃO

É, no momento, esta a redação do artigo 10 e
seu § 6º da Lei nº 5 890, de 8 de junho de 1 973:



CÂMARA DOS DEPUTADOS



"Art. 10 A aposentadoria por tempo de serviço será concedida aos trinta anos de serviço:

.....
§ 6º O tempo de atividade correspondente a qualquer das categorias de segurado previstas no art. 5º da Lei nº 3 807, de 26 de agosto de 1 960, será computado para os fins deste artigo".

Por sua vez, diz o referido artigo da Lei 3807, de 26 de agosto de 1 960 (Lei Orgânica da Previdência Social):

"Art. 5º São obrigatoriamente segurados, ressalvado o disposto no art. 3º:

- I - Os que trabalham, como empregados, no território nacional;
- II - os brasileiros e estrangeiros domiciliados e contratados no Brasil para trabalharem como empregados nas sucursais ou agências de empresas no exterior;
- III - os titulares de firma individual e os diretores, sócios gerentes, sócios solidários, sócios cotistas, sócios de indústria de qualquer empresa.
- IV - os trabalhadores autônomos.

§ 1º São equiparados aos trabalhadores autônomos os empregados de representações estrangeiras e os dos organismos oficiais estrangeiros ou internacionais que funcionam no Brasil, salvo se obrigatoriamente sujeitos a regime próprio de previdência.

§ 2º As pessoas referidas no art. 3º, que exerçam outro emprego ou atividade compreendida no regime desta lei, são obrigatoriamente segurados, no que concerne ao referido emprego ou atividade.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 4.711, DE 1978

(DO SR. ÁLVARO VALLE)



Dá nova redação ao § 6º do art. 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973 (Altera a legislação de previdência social, e dá outras providências).

(ÀS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DE TRABALHO E LEGISLAÇÃO SOCIAL E DE FINANÇAS)





CÂMARA DOS DEPUTADOS



§ 3º Após completar sessenta anos de idade, a aquele que se filiar à previdência social terá assegurado, para si ou seus dependentes, em caso de afastamento ou morte, um pecúlio em correspondência com as contribuições vertidas, não fazendo jus a quaisquer outros benefícios".

*

Não estando os trabalhadores rurais incluídos entre os segurados obrigatórios do INPS de que trata o art. 5º da Lei Orgânica da Previdência Social, o seu tempo de atividade não ^é considerado para efeito de aposentadoria, quando deixam, por qualquer motivo, a atividade rural e ingressam em outra sujeita ao regime do INPS.

Não deve perdurar tal discriminação, eis que hoje, após o advento da Lei nº 6 225, de 14 de julho de 1975, já existe até a contagem recíproca de tempo de serviço particular e público para fins de aposentadoria.

A única objeção cabível é a de que durante o tempo de atividade no meio rural o trabalhador abrangido pelo Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL) não está sujeito ao pagamento de contribuições previdenciárias, o que não ocorre com os segurados a que se refere o art. 5º da Lei Orgânica da Previdência Social.

Por isso mesmo o projeto que, nesse passo atende ao que dispõe o parágrafo único do artigo 165 do texto constitucional, estabelece que o cômputo do tempo de servi-



CÂMARA DOS DEPUTADOS



ço-prestado em atividade rural (Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971), fica condicionado ao pagamento de indenização fixada em ato do Poder Executivo.

Vale, finalmente, lembrar que tal critério de contribuição, em casos análogos, já constava da primitiva redação da Lei nº 3 807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), como se vê da transcrição de seu artigo 32 e § 6º:

"Art.32 A aposentadoria por tempo de serviço será concedida ao segurado que completar 30 (trinta) e 35 (trinta e cinco) anos de serviço respectivamente, com 80% (oitenta por cento) do "salário-de-benefício" no primeiro caso, e, integralmente no segundo".

.....
§ 6º Para os efeitos deste artigo, o segurado ficará obrigado a indenização a instituição a que estiver filiado, pelo tempo de serviço averbado, e sobre o qual não haja contribuído".

Sala das Sessões, 9 de março de 1978

Deputado ÁLVARO VALLE



Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1977

Ilm^o. Sr. Deputado
Alvaro Valle
Camara dos Deputados
Brasília - DF.

Ilustre Sr. Deputado

Na qualidade de correligionária eleitora e profunda admiradora de V. Sa. como homem público e cidadão dos mais honrados na nova geração de políticos brasileiros, ousei enviar a presente não somente para cumprimenta-lo pela sua profícua atuação na Camara Federal, como deputado para sugerir que se entresse pela defesa do trabalhador da lavoura que exercia as respectivas atividades nos anos de 1942 até a época da Lei que amparou o trabalhador rural. Nesses anos a pessoa que operava nas lides agrícolas não tinha nenhum amparo apesar de como demais trabalhadores contribuir com seus esforços para o engrandecimento da Pátria.

Em quanto que os comerciários, industriários, bancários, os marítimos, os ferroviários e os trabalhadores em transportes de cargas, tinham o seu amparo assegurado pelos respectivos Institutos de Previdência, o trabalhador agrícola, tão útil quanto aqueles, não usufruía dos favores de qualquer dispositivo legal que lhe assegurasse qualquer amparo na velhice. A Lei que veio posteriormente em benefício do obreiro rural, teve vigência somente a partir da sua instituição, deixando de lado aqueles que desde há muito gastavam suas energias na lavoura e na pecuária.

Sr. Deputado, gostaria que estudasse a criação de uma lei que permitisse ao trabalhador rural a indução daquele período de atividade para efeito de aposentadoria, mesmo que o trabalhador tenha que recolher ao INPS as importâncias devidas naquela época.

Certa das suas preciosas atenções ao objeto da presente, antecipo-me plenamente agradecida e, concluindo, subscrevo-me com elevada estima e consideração.

Mafalda Pedrina Passerino Schppers
Mafalda Pedrina Passerino Schppers

Av. Augusto Severo, 220/102

ZC 06-Rio de Janeiro

20.000



LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO
DAS COMISSÕES PERMANENTES

**LEI COMPLEMENTAR Nº 11,
DE 25 DE MAIO DE 1971**

**Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural,
e dá outras providências.**

Art. 3.º São beneficiários do Programa de Assistência instituído nesta Lei Complementar o trabalhador rural e seus dependentes.

§ 1.º Considera-se trabalhador rural, para os efeitos desta Lei Complementar:

a) a pessoa física que presta serviços de natureza rural, a empregador, mediante remuneração de qualquer espécie;

b) o produtor, proprietário ou não, que, sem empregado, trabalhe na atividade rural, individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da família indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração.

§ 2.º Considera-se dependente o definido como tal na Lei Orgânica da Previdência Social e legislação posterior em relação aos segurados do Sistema Geral de Previdência Social.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



PROJETO DE LEI Nº 4 711, DE 1978

"Dã nova redação ao § 6º do art. 10
da Lei nº 5 890, de 8 de junho de 1973"

AUTOR: Deputado ÁLVARO ~~DIAS~~ VALLE

RELATOR: Deputado JARBAS VASCONCELLOS

I. RELATÓRIO

Pretende a proposição sob exame introduzir alterações na Lei Orgânica da Previdência Social, a fim de permitir que o tempo de serviço dos trabalhadores rurais seja considerado para efeito de aposentadoria quando estes ingressam em outra atividade sujeita ao regime do INPS.

A matéria versada neste projeto é tipicamente trabalhista, cabendo, portanto, à Comissão de Trabalho e Legislação Social, o exame do mérito, conforme determina o nosso Regimento Interno.

Nos termos desse mesmo Regimento, a este órgão técnico compete pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica Legislativa, o que faremos a seguir.

Porque a alteração proposta não invade as áreas de competência privativa do Poder Executivo e por se tratar de matéria sobre a qual já existe legislação, podemos dizer que o projeto não contém vícios de inconstitucionalidade ou injuridicidade.

Finalmente, quanto à técnica legislativa, merece um pequeno reparo ao art. 2º, que contém mais de um



CÂMARA DOS DEPUTADOS



mandamento, motivo por que deveria ser desdobrado em dois. A emenda de técnica legislativa proposta, em anexo, sanará, se gundo entendemos, a falha.

II. VOTO DO RELATOR

À vista do exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade e, nos termos da emenda anexa, boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4 711, de 1978.

Sala da Comissão, em 20 de ^{setembro}~~agosto~~ de 1978

Deputado JARBAS VASCONCELLOS
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião de sua Turma "A", opinou, unanimemente, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, com 1(uma) emenda' do Projeto nº 4.711/78, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Afrísio Vieira Lima - Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Jarbas Vasconcelos - Relator, Claudino Sales, Daso Coimbra, Francisco Studart, Gomes da Silva, Jorge Uequed, José Bonifácio Neto, Osmar Leitão, Theobaldo Barbosa.

Sala da Comissão, em 29 de novembro de 1978.

Deputado AFRÍSIO VIEIRA LIMA
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Deputado JARBAS VASCONCELOS
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



EMENDA

(Ao Projeto de Lei nº 4 711, de 1978)

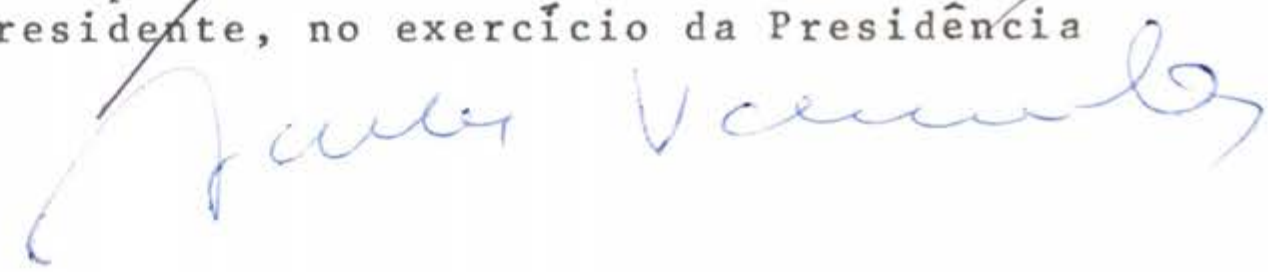
Desdobre-se nos seguintes o art. 2º do Projeto:

"Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário".

Sala da Comissão, em ^{setembro} 20 de ~~agosto~~ de 1978


Deputado AFRÍSIO VIEIRA LIMA
Vice-Presidente, no exercício da Presidência


Deputado JARBAS VASCONCELLOS
Relator

OBSERVAÇÕES

DOCUMENTOS ANEXADOS :